

Porque, uma sociedade que entroniza os direitos fatalmente terá que dar a devida relevância aos deveres que são o reverso da medalha, e sem os quais são uma falácia.

Como se poderão relacionar DESENVOLVIMENTO e PLURALISMO?

Talvez seja aconselhável começar pôr abordar os condicionalismos do desenvolvimento, e as consequências do pluralismo.

Uma das forças determinantes do desenvolvimento é a capacidade de investir.

O investimento é feito ou pelo Estado, ou por privados, nacionais ou estrangeiros.

O investimento feito, prioritariamente, pelo Estado compromete seriamente o pluralismo.

O Estado como principal empregador, além do poder que lhe é conferido pelo aparelho estatal dispõe de uma capacidade económica, com carácter monopolista, que lhe permite, na prática, impôr os pontos de vista da sua cúpula.

Esta situação tem a vantagem, pelo menos teórica, de a exploração dos trabalhadores - inevitável por ser a única forma de acumular e que, por isso mesmo é uma constante em qualquer dos cenários apresentados - ser feita em seu nome e em seu benefício.

Todavia este sistema, como aliás qualquer um com características monopolistas gera a ineficiência, o imobilismo, a corrupção e o abuso do poder.

Em processos de desenvolvimento, por vezes não há alternativas, devido à fraca capacidade de se gerarem recursos a nível privado simultânea com o pouco interesse de investidores estrangeiros.

Será, talvez o caso de Cabo Verde, onde, por imposições de conjuntura o Estado teve que criar estruturas que em determinada altura tiveram um papel importantíssimo mas que, posteriormente, degeneraram em exemplos de ineficiência, que é preciso reconverter em empresas privadas.

Não que fatalmente a empresa estatal esteja condenada à ineficiência e a empresa privada seja sempre um exemplo de boa gestão; o que está em causa é o domínio monopolista da economia pelo Estado que gerará, muito provavelmente, o totalitarismo esterilizante do desenvolvimento.

Ao Estado deve ser reservado o papel de árbitro, capaz de impôr, por consenso se possível, as regras do jogo, e só no caso de infra-estruturas que não possam ser privadas, deve assumir o papel de investidor, tanto quanto possível a título transitório.

A detenção de uma parte substancial da economia pelo Estado, para além da fase de arranque para a industrialização, tem sido catastrófica na maior parte dos casos, sendo o da União Soviética o mais exemplar.

A razão da catástrofe parece ser, justamente, o sufocar do pluralismo, essencial à geração da inovação, sem a qual não é possível o crescimento económico e o desenvolvimento social.

O monopólio do poder económico pelo Estado não se faz impunemente.

Para o justificar, o Estado tem que erigir o igualitarismo e o bem estar das massas em valores absolutos e tomá-los como bandeira.

De uma maneira ou de outra, terá que garantir um mínimo a todos os cidadãos e, ao mesmo tempo, apôr um estigma a todos os privados que conseguiram um nível de riqueza destacadamente superior à média.

Este sistema irá irresponsabilizar o cidadão que se irá acolher sob o manto de regalias que o Estado lhe deverá proporcionar, renunciando à luta e ao risco necessários à criação da riqueza.

É um sistema de nivelamento por baixo, do qual só escaparão os membros mais categorizados do aparelho do Estado, para quem tudo é permitido, e que, devido ao modo por que têm acesso às benesses terão a tendência em usá-las de forma irresponsável.

É evidente que o quadro que descrevemos atrás é um quadro geral e as exceções são possíveis.

O caso de Cabo Verde parece ter sido uma dessas exceções, em que um código ético é por todos (ou pelo menos, quase todos...) aceite e, assim se impedem os excessos.

Todavia não nos parece que seja um sistema recomendável a não ser num quadro de excepção, muito limitado no tempo.

E, de qualquer forma, mesmo durante a vigência de tal estado de excepção, nunca deve ser admitido, sob pena de degradação a breve prazo, o princípio de que qualquer grupo ou organização possa deter, por direito, o monopólio do poder.

O poder corrompe e é preciso rejuvenescer, periodicamente, as equipas que o exercem.

Por outras palavras: é imperioso o pluralismo e, mesmo em circunstâncias em que ele não é imediatamente possível, deve ser sempre a meta que todos devem pretender atingir.

Portanto o caso excepcional do monopólio do poder económico pelo Estado nunca deve ser legitimado como método de organização definitiva, e os agentes desse poder deverão ser

permanentemente alertados para o facto de que se não apresentarem resultados que justifiquem a confiança neles depositada serão impiedosamente responsabilizados pelo seu fracasso.

Em suma, o monopólio do poder económico pelo Estado não deve passar de um período de graça que lhe é concedido a, título excepcional, para levar a cabo uma tarefa delicada em tempo de excepção.

No caso do crescimento económico ser veiculado pelo investimento privado há dois cenários possíveis:

Ou o investimento é maioritariamente (ou pelo menos igualitariamente) nacional,

Ou é esmagadoramente estrangeiro.

Em qualquer dos casos, pelo menos na fase em que a produção se baseia, principalmente, em mão de obra barata, o conflito entre o capital e o trabalho é vivo, com o Estado a actuar como árbitro e a favorecer abertamente o capital.

Não é, certamente, uma fase em que a pluralidade impera, com uma parte significativa da população deliberadamente afastada da participação no poder.

Esta fase, apesar de representar um período muito difícil para os trabalhadores, é absolutamente essencial, porque gera os recursos que propiciam o aparecimento de uma classe empresarial nacional, disciplina e educa tanto os trabalhadores como os quadros, dando-lhes as perspectivas e a capacidade de intervirem, conscientemente, em etapas mais evoluídas do processo.

O estudo do percurso dos chamados dragões do sudeste asiático, principalmente do seu caso paradigmático - Singapura - poderá ilustrar o que queremos dizer.

Recomendamos, por isso, esse estudo a todos os que se interessam pelo desenvolvimento do nosso país, independentemente das ideologias que eventualmente enquadrem a abordagem do tema.

Lembramos, que neste ponto da nossa intervenção estamos a tratar apenas do crescimento económico, que consideramos o ponto de partida para o desenvolvimento.

Se a alternativa escolhida - se viável - for a do desenvolvimento protagonizado essencialmente pelo capital privado nacional, muito provavelmente será na sequência de um período em que existiu uma situação de monopólio económico do Estado, como acontece presentemente nas zonas económicas especiais do sul da China.

É uma situação de descompressão, que gera um certo grau de aventureirismo e faz surgir uma classe empresarial sôfrega, impiedosa, e que impõe grandes sacrifícios à grande massa dos despossuídos que não terão hipóteses de participar no boom.

Entra em cena uma nova estirpe de corrupção, a economia sobreaquece, aparece o monstro até então desconhecido da inflação, para a qual a maioria não está preparada.

Os menos ousados lembrarão com saudades os velhos tempos da mediania garantida...

Mais uma vez ainda estamos longe do pluralismo abrangente e integrador, mas deu-se um passo gigante na sua direcção.

Porque o homem comum sente-se lhe abre um horizonte que ainda há pouco lhe estava vedado, e os mais capazes usarão todos os meios - bons e maus - para se apropriarem do maior pedaço possível da abundância que lhe parece estar ao seu alcance.

Se, numa primeira fase, muito poucos conseguem atingir esse horizonte - à custa do imenso sofrimento da maioria - de qualquer forma as vias ficarão abertas.

E cada vez um maior número de cidadãos seguirá por ela gerando a riqueza necessária às próximas etapas.

Com o enriquecimento estarão lançadas as sementes do pluralismo.

À medida que os povos vão deixando para trás o estádio em que todas as energias têm que ser canalizadas para a sobrevivência, quando o supérfluo começa a ser possível, também surge a possibilidade de o indivíduo se debruçar sobre a essência das coisas e dos factos.

A curiosidade que caracteriza o Homem encarrega-se então de questionar tudo à sua volta incluindo a ordem monolítica que lhe foi imposta.

Esse questionar que é característico do desenvolvimento, e que poder-se-á mesmo sustentar que é o seu motor, conduz fatalmente ao pluralismo.

Portanto, devemos reter a noção de que, mesmo que o pluralismo nem sempre seja possível em determinadas fases do desenvolvimento - a do crescimento inicial - dificilmente o desenvolvimento acontecerá sem a liberdade e o pluralismo.

Um olhar retrospectivo sobre a história das nações, seja qual for a civilização a que pertençam, demonstra é possível enriquecer - crescer - em ambientes repressores, mas o desenvolvimento, a explosão civilizacional só é possível quando foi possível atingir um determinado limiar de liberdade.

Mas mostra também que o desenvolvimento não é possível sem acumulação de riqueza - nas mãos do Estado ou de privados, o que sempre se fez à custa da exploração desenfreada de uma vasta camada da população.

Exploração que só é possível com a eliminação das vozes dissidentes ou seja com a eliminação do pluralismo.

E exploração das massas por uma classe autóctone tende a ser mais cruel do que a feita por uma classe estrangeira.

As razões não são difíceis de entender.

Por alguma razão o ódio entre irmãos é o mais destrutivo.

Nos países em desenvolvimento, durante a fase do crescimento, as classes empresariais autóctones tendem a ser menos sofisticadas do que os investidores estrangeiros que, normalmente, já têm uma longa experiência na matéria.

Os investimentos estrangeiros são os estritamente necessários, amortizados no mais curto prazo e abandonados quando o ambiente não é propício - normalmente negociados com investidores locais.

É uma classe que induzirá o governo local a tomar as medidas mais duras para preservar o ambiente laboral que lhe é favorável, mas terá informação suficiente para abandonar o país quando as condições já não lhe permitem o nível de lucro e de segurança previstos.

É também normalmente mais apto a reconhecer as mudanças e a adaptar-se se nelas identificar vantagens potenciais.

Veja-se o caso de Taiwan ou de Sigapura (mais uma vez) em que as indústrias de alta intensidade de mão de obra deram lugar às de alta intensidade de capital mas que continuam a atrair o capital estrangeiro.

Já relação da classe empresarial local com o poder, na fase da acumulação intensiva - com o monolitismo político - é, geralmente mais próxima, tendo normalmente fornecido a espinha dorsal da clique governamental que tem horror ao dissenso e à inovação na área social.

Essa classe sente-se legitimizada por ser nacional, por ser portadora do que elas acham ser uma ideia de modernidade por estar convencida de que é o agente da entrada do país numa era de prosperidade.

Por vezes não é uma classe mas uma estruturas política portadora de ideias messianicas acerca da organização social/económica confundindo-se, com o próprio aparelho do Estado e exercendo uma autêntica tirania sobre os povo que pretende fazer desenvolver.

Tornou-se moda apontar a ex-União Soviética (e o período estalinista, em particular) como exemplo desta perversão, mas convém, talvez relembrar a Rússia de Pedro o Grande ou, mais modernamente, o Irão do Shah Rhexa Pahlevi...

O despotismo, iluminado ou não, parece poder florescer em qualquer caldo de cultura ideológico.

Um caso aconselhável para estudo é o do Irão no tempo dos Shaas.

O nacionalismo de curtas vistas é sempre um mal que é necessário combater, porque, mau grado o bater no peito, clamando o bem do país, ele, normalmente, encobre o propósito de reservar uma coutada para uma camarilha instalada ou que se pretende instalar no poder.

Por isso, a abertura da economia ao capital estrangeiro parece-nos aconselhável, sem todavia, esquecer a necessidade de proteger o nascente empresariado local.

Protegê-lo sem o asfixiar, sem isolá-lo do mundo, tonando-o frágil e incapaz de competir.

Mais uma vez este dilema é um aspecto do confronto entre o pluralismo e a unicidade.

Portanto deve-se considerar como saudável o estabelecimento da noção de que a competição e o pluralismo que ele acarreta são a realidade com que temos de conviver, tão cedo seja possível.

Vejamos o caso de Cabo Verde à luz do que dissemos atrás.

A nossa identidade nacional surgiu séculos atrás e consolidou-se no isolamento ilhéu, protegido pela escassez de recursos naturais que fez passar de largo os aventureiros sequiosos de riquezas que, em locais mais favorecidos pela natureza criaram colónias e impérios florescentes.

Ao fim de quinhentos anos encontrámo-nos parte de um espaço artificial que tinha deixado passar ao longe todas as suas eventuais possibilidades de consolidação e de modernização.

Portugal não tinha a possibilidade de se manter à margem da Europa e, embora esta verdade doa a muita gente, saudosa de fantasmas que já nem se dão ao trabalho de assustar o pacato cidadão, a Independência foi a única solução.

Não somos, de forma alguma a Madeira ou os Açores e a adjacência, que ainda alguns reclamam ter sido uma solução possível, não tinha quaisquer hipótese de vingar, garantindo ao nosso povo uma existência digna.

O inevitável, portanto, aconteceu, e a nova ordem social teve que ser consolidada, não nos esqueçamos!, numa altura em que os partidos únicos ainda eram de rigor nas nações que se reclamavam em desenvolvimento.

Hoje parece ser moda atribuir a paternidade e o monopólio do partido único a África.

Todavia é bom não esquecer que a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, a Tailândia, Hong Kong (que até há bem pouco tempo nem se dava ao trabalho de se preocupar com partidos) o Brasil o Chile, entre outros realizaram autênticos milagres económicos à sombra de partidos únicos que, a determinada altura, pareciam a única forma de criar a estabilidade necessária à consolidação social e ao desenvolvimento.

Cabo Verde não foi excepção, apesar de condicionalismos locais não terem permitido esse sistema ganhar, entre nós, as características, por vezes tão negativas, que ganhou em outras latitudes.

Por outro lado, o sistema na realidade consolidou a nossa sociedade e até evitou os abalos que seria legítimo esperar.

Fê-lo, todavia, com custos nem sempre reconhecidos, alguns deles inevitáveis, mas que é necessário saldar o mais depressa possível.

Vamos tentar abordá-los:

- A entronização do "trabalhador" e a relevância artificial dada aos sindicatos.

Para haver trabalhadores há que, primeiro, criar trabalho.

Numa sociedade com um certo grau de modernidade, os postos de trabalho são gerados pelo investimento - capital - quer seja público quer seja privado.

Dentro da dinâmica das relações entre o capital e o trabalho há um conflito permanente em que o capital está, normalmente, numa posição de vantagem.

Porque não há criação de postos de trabalho sem capital para investir, enquanto houver um excedente de oferta de trabalho e uma escassez de capital, será óbvio para onde penderá a balança do poder.

Ao longo dos últimos séculos tem-se vindo a assistir a essa luta entre o capital e o trabalho que, nas primeiras fases se caracteriza por um total domínio do capital que impõe regimes autoritários, exclui as classes trabalhadoras da participação no poder.

Os trabalhadores não têm a sofisticação necessária para confrontar, com sucesso, a máquina montada para o explorar e, quando se esboçam as greves, que são das poucas armas de que

dispõem, ou são cilindrados por uma máquina repressiva bem oleada ou são pura e simplesmente afastados e substituídos por gente recrutada entre as legiões de desempregados capazes de tudo para garantirem um pouco de pão.

Uma situação, portanto, de completa ausência de pluralidade.

Todavia, à medida que a economia cresce, a experiência adquirida pelos trabalhadores na luta pelos seus legítimos direitos e a diminuição do desemprego tornam muito mais difícil a posição dos detentores do capital.

Vai aparecendo então uma sociedade mais plural, em que cada uma das partes tem as suas vantagens e pontos fracos, o poder passa a ser partilhado.

No caso inverso - o caso caboverdeano - o capital autóctone é escasso e é desencorajado pela atitude parcial do governo em relação aos trabalhadores.

É uma situação em que o poder proclama o investimento como desejável mas em que se estigmatiza o lucro e acumulação de riqueza que é a consequência lógica - e legítima - do investimento bem sucedido.

Com o afastamento do sector privado resta o estado como único investidor - uma situação já bem conhecida que degenera em regimes autoritários e estéreis que no fim das contas acabam sendo altamente lesivos dos interesses da nação e, portanto, dos próprios trabalhadores.

Os sindicatos, que se tornam uma peça importante desse tipo de estado acabam totalmente dependentes do poder, perdem de vista os verdadeiros interesses das classes trabalhadoras, e estarão fatalmente despreparados - e impopulares - na altura, que chegará mais cedo ou mais tarde, em que terá de enfrentar os desafios da modernidade.

- Outro custo, não menos grave, é a irresponsabilização dos cidadãos.

É uma situação extremamente grave que se gera a partir da demasiada protecção dada aos trabalhadores e que conduz a uma quebra acentuada na capacidade de produzir, na de modernizar e, portanto, de se desenvolver.

Numa situação de irresponsabilização geral os cidadão que se situam acima da média são considerados uma ameaça à comunidade de acomodados e fortemente penalizados

O cidadão comum cede o seu direito à palavra e à opinião em troca de uma vida sem surpresas - e sem qualidade.

É um aspecto insidioso da ausência do pluralismo, tão mais perigoso porque resulta em detrimento dos que pretende promover.

Não tendo que se preocupar com uma população que, entretanto, renunciou ao exercício da cidadania, o poder acaba no alto de uma torre de marfim, totalmente isolado do povo que ele pretende - muitas vezes sincera e empenhadamente - promover.

A cidadania é o título máximo a que pode aspirar qualquer ser humano.

Tanto que, na maior parte dos países modernos, a maior pena que pode atingir quem pratica actos de graves de agressão à sociedade é a privação do atributo mais importante da cidadania: a liberdade.

A aspiração à liberdade parece ser uma característica do ser humano cuja história poderá, talvez, ser resumida na luta permanente entre a busca desse bem precioso os limites impostos pela busca das condições de sobrevivência que, com dignidade, se chama desenvolvimento...

O desenvolvimento é uma tarefa de todos, ainda que a participação e as vantagens obtidas pelos diferentes elementos que a compõem seja desigual e, muitas vezes, tremendamente injusta.

Os detentores de recursos sabem sempre o que pretendem e, normalmente, têm os meios necessários para atingir as suas metas.

Os que contribuem com o seu trabalho devem estar conscientes de que nada neste mundo é gratuito, que nada lhes vai ser dado sem a contrapartida e muito menos sem luta.

Mas estando tanto o investidor como o trabalhador - é bom ressaltar aqui que as diferenças entre os dois se esbatem cada vez mais no mundo moderno - no mesmo barco, é preciso ver que movimentos bruscos pode fazê-lo virar-se, perdendo-se todos a bordo.

Portanto as posições têm que ser conscientemente defendidas e confrontadas o que dificilmente se poderá fazer sem um clima social que comporte um mínimo de pluralismo.

Porque, se, transitoriamente, se pode conter ou mesmo silenciar um dos elementos integrantes de uma dada sociedade, não é possível fazê-lo em definitivo, ou mesmo prolongadamente sem comprometer, seriamente a paz social e, portanto as perspectivas de um futuro de desenvolvimento.

Na aldeia global em que este mundo se converteu, em que as auto-estradas da comunicação chegam aos países em desenvolvimento bem antes das simples estradas, criam-se às populações expectativas a que, por vezes é difícil corresponder e que criam uma frustração colectiva extremamente perigosa.

O cidadão comum está atento ao que se passa em outros países, às vantagens materiais e outras que eles proporcionam aos seus naturais e pergunta-se, sem questionar objectivamente as causas, porque é que não usufrui das mesmas benesses.

Ele também vai exigir a informação e, com ela, virá a contestação da ausência de pluralismo existente no seu país.

Já não é possível “proteger” as populações desse “perigo”, e qualquer tentativa para adiar o pluralismo quando as condições já o permitem terá consequências extremamente graves.

O pluralismo não poderá ser indefinidamente adiado e uma transição que se poderia fazer gradualmente, por forma a interiorizar os comportamentos de responsabilização, intervenção e participação é feita atabalhoadamente com grandes probabilidades de gerar o caos político.

Nos espaços em que nenhuma força política assume o papel de “grande conciliador” ou de “vanguarda” de um movimento social que conduzirá à felicidade de todos - objectivo nunca, até hoje, atingido - os interesses das classes sociais exprimem-se com crueza e interagem de uma forma que conduz fatalmente ao equilíbrio que reflecte o poderio de cada uma.

Será, talvez, uma forma de pluralismo selvagem e caótico; todavia pluralismo, capaz de evoluir na direcção certa e, com a educação progressiva do cidadão, que economia vai exigindo, atingir um nível satisfatório.

Parece-nos ser a forma mais segura de avançar na direcção do desenvolvimento, porque gera um estado fortemente identificado e com suficiente capacidade de intervenção - condição necessária ao crescimento económico - e um sistema político evolutivamente adaptado à população.

Vamos imaginar possíveis cenários de evolução.

Num, o poder associa-se ou é apropriado pelo restrito grupo de cidadãos que numa fase política anterior acumulou um determinado nível de recursos, muito superior ao comum dos cidadãos.

Esse grupo usa o poder para aumentar ainda mais o volume de recursos de que dispõe, consolida o seu domínio do estado e, para perpetuar a sua posição de predomínio, amordaça totalmente a grande massa da população.

Aqui podem surgir duas tendências:

Se essa classe dominante é uma classe imobilista como a maior parte das que resultaram de sociedades escravocratas ou de nobreza rural, não vai introduzir na sociedade a dinâmica necessária ao seu desenvolvimento, que ela teme e abomina e vai pretender manter “tudo como dantes”

É evidente que é cada vez menos possível manter uma sociedade parada no tempo, e as contradições acabam por explodir com grande violência.

O veredicto das armas raramente é objectivo e equilibrado, traduzindo-se, normalmente pela introdução de novos desequilíbrios, geradores de novos conflitos perpetuadores da frustração e do atraso social.

Foi, talvez o caso do Uruguai, que deu origem à sublevação dos Tupamaros, ou ainda, com um aspecto ligeiramente diferente, devido à sua proximidade aos Estados Unidos, o caso do México.

Se a classe dominante é de origem burguesa, as suas necessidades de aumento de riqueza vão dar origem ao estímulo do comércio e da produção artesanal e, posteriormente industrial, então esse tipo de actividade, pela sua gradual sofisticação, conduzirá fatalmente a uma educação progressiva das massas e à inelutável aproximação da área do poder.

Neste caso as necessidades de todas as camadas da população, ainda que por razões diversas, vão conduzir ao desabrochar do pluralismo.

Um exemplo deste mecanismo foi o patrocínio da luta pela abolição da escravatura pela Inglaterra, não por elevação de ideais como alguns românticos proclamam, mas porque a escravatura já não se adaptava ao modo de produção industrial, e a abolição poderia conduzir à expansão do mercado de que essa mesma indústria necessitava.

Creemos ter sido esta a caminhada da maior parte das sociedades já industrializadas e às de industrialização em curso.

Que percursos serão possíveis quando uma nação, pelas razões as mais diversas, faz uma transição brusca em direcção ao que parece ser uma era de soberania popular e apossa-se do poder, não um grupo de detentores de recursos mas sim uma camada de intelectuais que, animados dos melhores sentimentos pretendem a felicidade instantânea para todos?

Para começar, esses intelectuais surgem de uma camada muito acima do vulgar da população, não a conhecem, tendo dela uma ideia romantizada e livresca.

Aspiram veementemente à justiça social o que se traduz, normalmente, pela contenção das classes detentoras do capital ou do know how, e a protecção incondicional dos chamados trabalhadores.

Pretende-se gerar o pleno emprego, normalmente à custa de uma administração pública sobredimensionada e ineficaz.

O trabalhador tem sempre razão, e para o proteger criam-se sindicatos que acabam por ficar na dependência do poder e não fazem uma defesa realista das classes que vendem a sua força de trabalho.

Para se garantir essa estirpe de justiça social há que garantir às massas um pouco do que elas acham que as classes dominantes ganharam à sua custa, o que é, normalmente, verdade.

Todavia o que faz a riqueza das minorias desaparece se dividido por todos, resultando um nivelamento por baixo que é esterilizante em termos de desenvolvimento.

A classe possuidora de recursos emigra ou, pelo menos põe os seus recursos a salvo no exterior.

Cria-se uma nova classe de funcionários que, sem a necessidade de produzir para sobreviver, subsistem como parasitas do poder, e na sua ânsia de agradar isolam o poder da realidade circundante.

Entretanto acentua-se a escassez de capitais nacionais entretanto emigrados, e a linguagem socializante afugenta os estrangeiros que, eventualmente, pudessem estar interessados.

Fica-se dependente dos programas de auxílio externo que raramente são eficazes e que, mesmo assim tendem a escassear gradualmente.

As elites que abandonaram o país vão exercendo a sua acção de sapa apregoando soluções que na sua maioria, diga-se em abono da verdade, não são melhores do que as que estão em execução.

A usura do poder conduz fatalmente ao dia em que o governo se dá conta que é preciso modernizar.

Normalmente é tarde e o poder é penalizado abrindo-se o caminho para uma era de instabilidade, porque haverá uma massa significativa que teme o futuro com outras regras que ele não conhece, outra que pretende mudar a todo o custo, sendo os que analisam a situação com objectividade e consequência uma escassa minoria.

Cai-se no libertarismo que, erradamente, talvez, se crê ser o antídoto à contenção do pluralismo e que enfraquece nitidamente o estado, impedindo-o, muitas vezes de tomar as acções que se impõem.

Criam-se expectativas a que nem sempre é possível dar satisfação e os sucessivos poderes, condenados por razões que frequentemente não lhe são imputáveis, tornam-se cada vez mais ineficazes.

Tem-se a ilusão de ter alcançado o pluralismo, mas, na realidade está-se acercando do caos, correndo-se o risco de se acabar num país ingovernável.

É então que surge a ideia, defendida por alguns, que a solução é o retrocesso para algum tipo de governo autoritário, ou seja o famigerado despotismo iluminado.

Mas cautela! se é que o despotismo iluminado existe, como qualquer despotismo, vai isolar-se da sociedade que proclama servir e, tarde ou cedo, entrará em conflito com ela, com os resultados que atrás descrevemos.

Cabo Verde tem muitos dos problemas que surgem na maior parte das trajectórias do desenvolvimento.

A mesma escassez de recursos para investir, o desemprego, a falta de atractivos para o capital estrangeiro, a emigração de recursos humanos e materiais.

Passámos de uma situação de contenção do direito à diferença para a de libertarismo incontrolado em que se esquece a regra de ouro da liberdade que é que ela tem por limites a liberdade dos outros.

Pretende-se destruir um edifício, ainda que de arquitectura duvidosa, sem ter ao menos o projecto do que o irá substituir.

Temos uma população carente de infraestruturas e de serviços básicos, atingida por um desemprego altíssimo, cuja contenção não se vislumbra sequer, mas cujos modelos e aspirações são as do primeiro mundo.

O estado pretende abdicar, o mais rapidamente possível, das empresas que detém, mas não exista capacidade empresarial nacional capaz de o substituir.

Há o risco de a privatização de algumas empresas resulte em que o investidor estrangeiro adquira apenas o mercado não estando interessado na fase de produção, o que poderia agravar a actual situação de desemprego.

Devido ao desemprego e às precárias condições de vida, a cada eleição, a massa dos despossuídos espera que o novo poder satisfaça, de imediato, as suas necessidades, cumprindo as promessas eleitorais.

Se isso não acontece - é quase impossível - o eleitor vai utilizar o seu voto para punir o poder, mesmo que ele tenha tido um desempenho correcto.

A sucessão de governos em ritmo acelerado vai gerar a instabilidade que porá em causa a capacidade de se planificar a longo prazo.

O poder torna-se refém das massas populares, sem perspectivas, desinformadas e vindicativas.

Parece um quadro apocalíptico, mas é uma possibilidade não tão remota como gostaríamos que fosse.

Que fazer para impedir que tal aconteça?

É uma pergunta que todo o cidadão se deve fazer, porque as soluções para os nossos problemas terão que emergir das interrogações que fizermos a nós próprios e à nossa sociedade e das respostas que formos capazes de encontrar para elas.

Creemos que nunca o pluralismo nos foi tão necessário.

Costuma-se dizer, em jeito brincadeira pejorativa, que não há dois caboverdeanos com a mesma opinião, que cada um de nós é um partido político.

Na minha opinião, ter uma opinião é melhor que não ter nenhuma, porque assim se deixa de ser mero espectador numa situação que, como a nossa, exige acção positiva.

E, apesar da exaltação que por vezes pomos na discussão, as diferenças entre nós não são muito significativas, o que poderá propiciar acordos relativamente fáceis e duradouros.

Todos têm um papel importante a desempenhar neste processo que, para ser eficaz, tem que ser o mais transparente e plural possível.

Ao longo do confronto de ideias que é necessário que aconteça entre nós haverá, fatalmente, as que se irão destacar pela sua originalidade, pela sua exequibilidade ou até pela sua loucura.

Mas isso não quer dizer que os portadores de soluções diferentes não contribuam, significativamente, para o alcançar das metas a que nos propusermos.

Apesar da sua diversidade, as ideias formam como que famílias, em que as contribuições secundárias podem ser tão valiosas como as de liderança.

Numa sociedade, todos os elementos produtivos são essenciais: se são necessários os políticos, os juizes e os gestores de empresas, não menos essenciais serão os motoristas, os cultivadores da terra os varredores das ruas.

Numa situação de crise - por exemplo uma epidemia - um trabalhador do sistema de saneamento público pode ser mais importante do que um advogado ou um gestor de empresas.

A diversidade e a sua mais destacada consequência social e política - a necessidade de pluralismo - pode ser um grave problema se lhe não fôr atribuído o seu devido lugar na nossa sociedade, mas é evidente que não se pode chegar a lugar nenhum sem ela.

Cabo verde tem uma característica muito pouco comum: as classes sociais não são bem definidas e existem muitas famílias com membros situados nas várias camadas.

Se tomarmos como pacífico que o extracto social a que se pertence condiciona, muitas vezes a maneira de pensar e de reagir perante os desafios sociais, pode-se ver que a difusão das fronteiras de classe em relação às familiares vai impedir o extremar das situações e atenuar os conflitos.

Se desde a mudança de regime acontecida com as últimas eleições temos vindo a assistir a um crispar de posições devido a ideias políticas que têm levado a ruptura de laços de amizade que se diriam sólidos, não podemos deixar de pensar que essa é uma situação que depressa se esgotará.

As opiniões querem-se defendidas com vigor, mas também com serenidade.

Sejam quais as nossas propostas de solução, ao defendê-las devemos ter em conta que elas devem ser aceitáveis pela maior parte possível da comunidade.

É a única maneira de elas serem eficazes e duradouras e cremos que é isso que pretendemos, sejam quais forem as nossas opções políticas e sociais.

Por isso termino estas palavras com um apelo:

Não tenhamos medo à diversidade nem ao dissenso porque essas duas componentes são vitais à sanidade da nossa vida nacional.

Não tenhamos medo de que as nossas ideias não sejam brilhantes ou originais, defendamo-las com empenho e com honestidade.

Mas, se acreditarmos que elas merecem respeito, em nome da coerência, devemos pensar que, em princípio, as dos outros também o merecem e deverá ser feita, sempre, uma tentativa de as compreender antes de uma eventual rejeição.

E que o facto de sermos adversários não nos torna fatalmente inimigos.

O pluralismo, fecundo e integrador, deverá ser a nossa via para o futuro que desejamos legar aos nossos descendentes.

Dias atrás alguém querendo ilustrar as suas razões para não acreditar na política e nos políticos dizia:

Como posso acreditar em pessoas que no Parlamento sustentam tão vivamente posições tão diversas e depois vão a um bar bebendo um copo como se nada tivesse acontecido?

Quem nos dera que de futuro, Cabo Verde fosse um país em que todos participássemos séria, empenhada e honestamente na discussão dos nossos problemas e na busca das melhores soluções e depois fossemos ao bar da esquina beber o copo da amizade.